Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

REVINDI

Nr. 1. 1988

revista indigenista latinoamericana

REVISTA INDIGENISTA LATINOAMERICANA
Nr. 1 1988

Redactor:
Luiz Boglár

Dirección de la redacción:
1112 Budapest
Sasadi út 143
(Tel. 36/1/663311)

Miembros del consejo de redacción:
Carmen Junqueira, São Paulo
Mark Münzel, Frankfurt
Joanna Overing, London

Asistente de la redacción:
János Gyarmati, Budapest

Editorial:
Norbert Siklósi
Pallas Lap- és Könyvkiadó Vállalat
VII. Lenin krt. 9-11
H-1906 Budapest, Hungary

Subscripción:
La revista aparece dos veces al año. La subscripción debe ser tratada directamente con la editorial:
c/o Pál Faklen "Circulation Manager"
Subscripción anual (con gastos de correo):
20.00 US $
(En los paises COMECON son 20 rublos)
Valor de un número: 10 US $

Precios de los anuncios:
120 US $ por página, 70.00 US $ por media página,
Pedimos que le envien a la editorial anuncios photo-ready.

indice

En lugar de introducción **(L. Boglár)** 1

TRABAJOS DE CAMPO

Antonio Bevanides Castillo
Informe de labores arqueológicas realizadas en la isla de Jaina durante la temporada de 1986 3

Mária Dornbach
Contribución a la religión afrocubana: el rito de la imposición de collares en la Santería . . 8

ESTUDIOS

Napoleão Figueiredo
A última fronteira dos grupos indígenas da Amazónia Brasíleira 20

Peter Mason
Enhnocentrism, Eurocentrism, Alterity. Marginal remarks on Yekuana, Kalapalo and European Myth. 36

Karl Herbert Mayer
Three unprovenanced Maya stucco masks . . 48

Helmut Schindler
The kultrung of the Mapuche 62

CRÓNICA 74

DIRECCIÓN DE LOS AUTORES 80

En la ilustración de la portada de la revista un indio *Kayapo* se prueba un tocado de plumas (foto de L. B., 1984).
Contraportada:
motivo de un huso azteca (según F. Anton).

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Estudios

NAPOLEÃO FIGUEIREDO

A última fronteira dos Grupos Indígenas da Amazonia Brasileira[1]

O contacto das populações indígenas da Amazonia com elementos de outras culturas se inicia muito antes da colonização dessa área. É de Carvajal (1941) que nos vem a notícia desses contactos e as primeiras descrições desses grupos. Em sua Relação apresenta os elementos que poude colher apressadamente e sem sentido sistemático, dos grupos que habitavam as margens do grande rio atravessado pela primeira vez por Francisco de Orellana e seus companheiros.

Desse cronista a nossos dias, o quadro de relacionamento entre as frentes de penetração e os grupos indígenas amazônicos, permanece o mesmo. Tomando-se como ponto de referência os critérios estabelecidos por Ribeiro (1957 : 10) — isolados, contacto intermitente, contacto permanente e integrados — desde a conquista do vale amazônico pelos portuguêses, grupos indígenas ficaram isolados, outros realizaram contactos intermitentes, outros permanentes, alguns foram integrados e muitos desapareceram do quadro demográfico de área.

A expansão e a manutenção desse território, foi montada a base da instalação de fortificações militares e de «aldeia—mentos» dirigidos por sacerdotes de diversas ordens religiosas.

As fortificações, construidas em função de um complexo de forças geopolíticas que atuavam no espaço geográfico da Amazonia Colonial, «formando um triangulo onde seus vértices se apoiavam em Belém, no Estado do Pará; em Barcelos, no Estado do Amazonas e em Vila-Vela no Estado de Mato-Grosso» (Mendonça, 1963: 6 A—Mapa), localizadas em locais estratégicos que envolviam o conjunto da região ao longo das fronteiras vivas e mortas, tais como a Fortaleza de São José de Macapá, Fortaleza de São Joaquim, Forte de São José de Marabitanas, Forte de São Gabriel de Cachoeira, Forte de Tabatinga, Forte de Bragança, Forte Principe da Beira além de 37 fortalezas, fortes, fortins, casas-fortes, redutos, vigias, baterias e registros, disseminados ao longo de toda a região amazônica e para os quais, uma série de recomendações constantes de Cartas Regias, Alvarás e Decisões, não somente aconselhavam como estimulavam o casamento entre portuguêses e índias.

Os «aldeamentos» dirigidos por missionários Franciscanos da Província de Santo Antonio, Carmelitas, Mercedários, Jesuítas, Franciscanos da Província de Nossa Senhora da Piedade e Capuchos da Conceição da Beira e do Minho, estabeleceram-se nas proximidades de Belém, nas atuais Zonas Bragantina, Guajarina, do Salgado e Gurupi; Ilha do Marajó e no atual Território Federal do Amapá. Subiram o rio Tocantins e se instalaram nos afluentes do rio Amazonas; no rio Solimões confinaram com os «aldeamentos» espanhois e, em muitos casos, se a penetração não deu como resultado o estabelecimento de aldeias, conseguiram atingir os rios Araguaia e o Branco e as confluências do Uaupés com o rio Negro (Maués, 1968 : 25).

Esses «aldeamentos» não eram apenas dedicados à catequese ou às práticas religiosas. Eram igualmente empresas, com atividades econômicas e sociais, imprimindo paralelamente à essas diretrizes, outras, capazes de encaminhar as populações nelas baseadas, a uma diversificação de atividades, mercê dos recursos existentes em sua localização regional. Esses "aldeamentos" eram regidos pelo Regimento das Missões estabelecido pela Lei de 21 de desembro de 1686 (Beozzo, 1986: 114—120).

A importância dessas Missões Religiosas na região amazônica foi imensa e podemos aferir a mesma pelo número de «colégios», residências, engenhos de açucar e fazendas, das diversas Ordens que aqui atuaram nos Séculos XVII e XVIII (Oliveira, 1983: Tabela 2):

FRANCISCANOS DA PROVÍNCIA DE SANTO ANTONIO — com atuação no Cabo do Norte (Amapä), Baixo Amazonas, rio Trombetas, Ilha de Marajó e adjacências e rio Tocantins, com atividades ligadas à pacificação e conversão dos índios Tupinambás, Aruans, Tocujus, com aldeamentos que mais tarde deram orígem à vilas e povoados;

CARMELITAS — com atuação nos rios Negro, Urubu, Solimões, Branco, Guamá, Bujaru; Ilha de Marajó, Icoaraci (distrito de Belém), Gurupá (rio Xingu) e Vigia (Zona do Salgado), com aldeamentos e missões que mais tarde deram orígem à vilas e cidades, com exploração de engenhos para fabricação do açucar, criação de gado, olaria e lavoura;

MERCEDÁRIOS — com atuação nos rios Negro, Urubu, Uatumã, Anibá e Ilha do Marajó, com atividades ligadas a centros de catequese e aldeamentos que mais tarde deram origem à vilas e cidades, com fazendas de criação de gado, que posteriormente deram orígem à cidades;

JESUITAS — com atuação no Cabo do Norte (Amapá), Baixo e Médio Amazonas, Zonas do Salgado e Bragantina. Ilha do Marajó e adjacências, rios Tocantins, Itacaiunas, Xingu, Pacajá, Tapajós, Madeira, Branco, Negro (até a confluência com o Uaupés) e limites do Pará e Maranhão, voltados principalmente para a pacificação e conversão de grupos indígenas da região; com aldeamentos e missões que mais tarde deram orígem a vilas e cidades; com fazendas de criação de gado que posteriormente se tornaram cidades; com atividades extrativistas ligadas ao comércio das drogas do sertão; com comércio diversificado, exploração de engenhos de açucar e de pesca;

CAPUCHOS DE SÃO JOSÉ OU DA PIEDADE — com atuação no Baixo e Médio Amazonas, Cabo do Norte (Amapá) e rio Tocantins, com atividades voltadas para a organizacão de um hospital em Gurupá; com aldeamentos e missões que mais tarde deram orígem a vilas e cidades;

CAPUCHOS DA CONCEIÇÃO DA BEIRA E DO MINHO — com atuação no Cabo do Norte (Amapá) e Ilha do Marajó e atividades ligadas à ação evangelizadora, descimentos de índios da costa da Guiana, impedindo o contacto com francezes e em Belém, criaram um hospital e uma enfermaria.

Após a expulsão das Ordens Religiosas, os interesses econômicos de uma classe dominante que se formava no Brasil e que competia com as Ordens Religiosas, passou a comandar a região, e os luso-brasileiros, reconheciam, ocupavam a terra amazônica e buscavam além das drogas do sertão, do ouro e das pedras preciosas, o escravo indígena, necessário ao trabalho nas povoações que surgiam, na coleta dos produtos naturais e na lavoura.

É a época dos «resgates» e das «guerras justas» e as populações indígenas eram subordinadas ao «Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão, enquanto sua Magestade não mandar o contrário», de 17 de agosto de 1758 (Arnaud, 1984).

O quadro de relacionamento dentre as frentes pioneiras de penetração e os grupos indígenas, foi o mesmo que ainda persiste nos dias de hoje. Tomando-se como ponto de

apoio e referência os critérios de Ribeiro (1957 :10) — isolados, contacto intermitente, contacto permanente e integrados — da mesma forma que ontem, esses contactos podem ser definidos de duas formas: as frentes maciças de penetração ou de elementos isolados dessas frentes. É bem verdade que pode ser alegado que esses contactos não são semelhantes, pois os processos que os desencadeia, são diferentes no tempo e no espaço. Em ambos os casos, entretanto, o domínio e a posse de terra, é o fator que torna semelhante o choque entre os grupos tribais e as frentes pioneiras de penetração.

Dentro desse esquema conceitual — formas de contacto e natureza de frentes pioneiras — variantes as mais diversas podem ser escontradas, mantendo-se fixo o condicionamento de que a contingência econômica, vai definir o tipo de contacto, merce dos recursos naturais existentes na região e que abrem essas zonas à invasão por parte das frentes de penetração (Figueiredo, 1966).

Galvão (1967) nos esclarece que «a população indígena com quem o europeu se defrontou, a julgar pelas primeiras cronicas de Carvajal, Acuña e das notícias mais recentes alcançadas até os fins do século XIX, de viajantes e naturalistas, em essência não difere da atual», entretanto, muitos foram os grupos que habitavam as margens do rio Amazonas e seus tributários, que foram empurrados para longe de seus primitivos territórios e terminaram tragados pela luta e pela conquista da terra. O processo de distribalização foi grande, mercê dos «descimentos», «apresamentos» e «guerras justas». Os cronistas missionários e o restante da notícia histórica nos trazem conhecimento de tribos numerosas que desapareceram violentamente do quadro demográfico de área amazônica, enquanto por outro lado, nas proximidades dos antigos aldeamentos missionários e muitas vezes em cima desses, são implantados os primeiros núcleos de povoamento colonial que deram orígem aos atuais centros urbanos da Amazonia.

É ainda Galvão (1967) que nos esclarece que enquanto isso ocorre, «desenvolve-se uma política de miscigenação, com premios em terras, armas e dinheiro ao soldado ou colono português casado com mulher indígena. Ao mesmo tempo que se confere status político e social ao «indio domesticado», facultando-lhe inclusive acesso às agências dos negócios dos povoados e vilas, com a criação das edilidades.»

Descidos, resgatados, sujeito ao trabalho compulsório nos aldeamentos e nas missões, nas fabricas e nos serviços públicos surgidos, o braço indígena foi largamente empregado na exploração das «drogas do sertão» e produtos naturais, abandonando assim as suas atividades econômicas tradicionais ou seja: a coleta, a caça, a pesca e a agricultura.

O mesmo autor (Galvão, 1967) distingue no que denomina de «contínuo histórico», períodos marcados por desenvolvimentos cruciais, onde cada uma dessas etapas teve efeitos distintos no presente:

«1660—1759 — marcado pelo estabelecimento das Missões, a introdução do catolicismo entre os povos nativos, a tentativa de supressão da religião indígena, a difusão do Tupi-Guarani como Língua-Geral e a substituição de numerosos padrões culturais indígenas por outros europeus, o que se fez sob a vigência e a orientacão de missionários e colonos;

1759—1840 — em que as aldeias missionárias e as feitorias foram as bases que permitiram o desenvolvimento das vilas e cidades, ao mesmo tempo que o indio domesticado, se integra mais profundamente à sociedade mameluca;

1840—1912 — período marcado principalmente pelo desenvolvimento da industria da borracha. A exploração econômica do vale, ainda baseada na coleta de um produto regional, a borracha, condicionou o desenvolvimento das atuais freguesias, sítios e povoados;

1940 — aos dias de hoje, onde são reativadas as potencialidades da economia regional pela intensa procura da borracha e materiais estratégicos, ao mesmo tempo que favorece a instalação de agências como o SESP com evidentes reflexos na fisionomia sócio-econômica da área.»

Esse processo não ocorre paralelamente ao sentido das frentes de penetração. As variantes apontadas por Figueiredo (1966) encontram-se diluidas no espaco amazônico, e ainda hoje vamos encontrar grupos tribais em relativo isolamento ou apenas com contactos esporádicos com as frentes pioneiras de penetração.

Partindo do esquema proposto por Galvão (1960 :16), há no espaço geográfico da Amazonia Legal, a incidência das seguintes áreas culturais indigenas: Norte-Amazônica (com três subáreas): Juruá-Purus, Guaporé, Tapajós-Madeira, Alto Xingu, Tocantins-Xingu e Pindaré-Gurupi.

Essas áreas com configurações culturais bem definidas, oferecem em cada uma delas, situações diferentes de contacto, de incidência de frentes de penetração, de atuação de política indigenista governamental através de postos indígenas de FUNAI, de atuação de missões religiosas, quer católicas, quer evangélicas e de gradação no processo aculturativo.

Esses grupamentos tribais (apud Doria & Ricardo, 1972: 19—35; Figueiredo, 1977: 55—66 e CIMI, 1985: Mapa), encontram-se assim distribuidos[2] na Amazonia Legal:

ÁREA NORTE-AMAZÔNICA

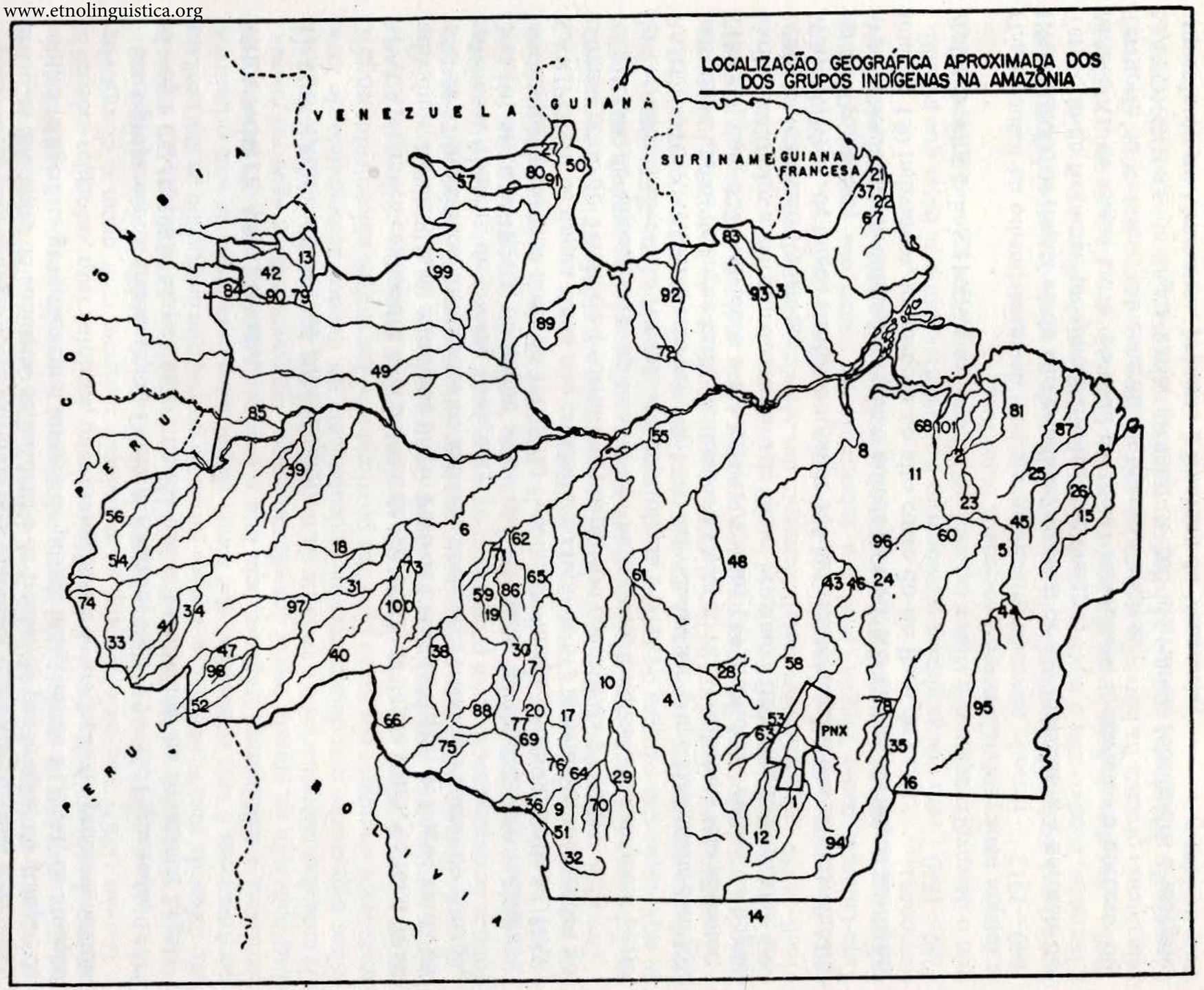
A) SUB-ÁREA — GUIANA BRASILEIRA

Grupos:
APALAI, também conhecidos com o nome de APARAI, de língua karib, no total de 10 individuos, localizados no alto curso do rio Paru de Leste; GALIBI, de língua karib, no total de 37 individuos, localizados no extremo norte do Território Federal do Amapá, próximo à fronteira da Guiana Francesa;
GALIBI-MARWORNO, de língua ainda não estudada, no total de 860 individuos, localizados no extremo norte do Território Federal do Amapá, sob controle da FUNAI;
KARIPUNA, de língua ainda não estudada, no total de 672 individuos, localizados no extremo norte do Território Federal do Amapá, sob controle da FUNAI;
PALIKUR, de lingua aruak, no total de 561 individuos, localizados no extremo norte do Território Federal do Amapá, sob controle da FUNAI;
PARUKOTÓ-XARUMA, com perto de 1.200 individuos e sub-grupo Hixkariana com 308 individuos, ambos de língua karib, localizados a Oeste do rio Trombetas e seus afluentes;
TIRIYÓ, com 329 individuos e KAXUIANA, com 134 individuos, ambos de língua karib, localizados a margem do rio Paru de Oeste, proximo a fronteira do Suriname, sob controle de Missão Religiosa;
WARIKIANA, de língua karib, no total de 300 individuos, localizados no curso médio do rio Trombetas;
WAYANA, também conhecidos com o nomde de URUKUYANA, de língua karib, no total de 150 individuos, localizados no alto curso do rio Paru de Leste.

B) SUB-ÁREA — SAVANA

Grupos:
INGARIKÓ, de língua ainda não estudada, no total de 459 individuos, a noroeste do Território de Roraima, próximo à fronteira de Guiana;
MAKUXI, de língua karib, no total de 15.287 individuos, localizados a noroeste do Território de Roraima, sob controle de Missão Religiosa;
MAYONGONG, de língua karib, no total de 200 individuos, localizados a margem esquerda do rio Uraricuera, próximo à fronteira da Venezuela;

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org



NÚMEROS NO MAPA

1 — AGAVOTUKUENG
2 — AMANAVÉ
3 — APALAI (APARAI)
4 — APIAKÁ
5 — APINAYÉ
6 — APURINÃ (POPENGARE)
7 — ARARA
8 — ARARA
9 — ARIKAPU
10 — ARIPAKTSA (CANOEIRO)
11 — ASURINI
12 — BAKAIRI
13 — BANIWA
14 — BORÔRO
15 — CANELA
16 — CANOEIRO (RIKBATSA)
17 — CINTA-LARGA
18 — DENI
19 — DIAHOI
20 — DIGUT (GAVIÃO)
21 — GALIBI
22 — GALIBI-MARWÔRNO
23 — GAVIÃO
24 — GOROTIRE
25 — GUAJÁ
26 — GUAJAJARA (TENETEHARA)
27 — INGARIKÓ
28 — KREEN-AKARORE
29 — IRÁNTXE
30 — ITOGAPUK
31 — JARAWARA
32 — KABIXI (NAMBIKWARA)
33 — KÁMPA
34 — KANAMARI
35 — KARAJÁ / JAVAHÉ
36 — KARARAÔ
37 — KARIPUNA
38 — KARITIANA
39 — KATUKINA
40 — KAXARARI
41 — KAXINAWÀ
42 — KOBEWA (PAMIWA)
43 — KOKRAIMORO
44 — KRAHÔ
45 — KRIKATI (TIMBIRA)
46 — KUBENKRANKEGN
47 — KULINA
48 — KURUÁYA
49 — MAKÛ
50 — MAKUXI
51 — MAMAINDÉ (NAMBIKWARA)
52 — MANITENERI
53 — MANITSAWÁ
54 — MARÛBO
55 — MAWÉ
56 — MAYA
57 — MAYONGONG
58 — MENKRANOTIRE
59 — MORERÉBI
60 — MUDJETIRE (SURUI)
61 — MUNDURUKU
62 — MURA-PIRAHÃ
63 — MYAHÃ
64 — NAMBIKWARA
65 — NUMBIAI (ORELHA-DE-PAU)
66 — PAKÁANOVA
67 — PALIKUR
68 — PARAKANÃ
69 — PARANAWAT, TUKUNAFED, WIRAFED
70 — PARESI
71 — PARINTINTIN
72 — PARUKOTÓ-XARUMA / HIXKARIANA
73 — PAUMARI
74 — PAYANAWA
75 — PURUBORÁ
76 — SABANÉ, TAWANDÉ (NAMBIKWARA)
77 — SURUI
78 — TAPIRAPÉ
79 — TARIANA
80 — TAULIPANG
81 — TEMBÉ
82 — TENHARIM (BOCA-NEGRA)
83 — TIRIYÓ / KAXUYANA
84 — TUKANO (DAXSEÁ)
85 — TUKUNA (TIKUNA)
86 — TUPARI
87 — URUBU (KAAPOR)
88 — URUPÁ
89 — ATROARI
90 — WANANA (KOTIRYA)
91 — WAPITXANA
92 — WARIKYANA
93 — WAYANA (URUCUYANA)
94 — XAVANTE
95 — XERENTE
96 — XIKRIN (DIORE)
97 — YAMAMADI
98 — YAMINAWA
99 — YANOMAMI (XIRIANÁ, WAIKÁ)
100 — YUMA
101 — ANAMBÉ

PNX — PARQUE NACIONAL DO XINGU

— AWETI
— JURUNA
— KALAPALO
— KAMAYURÁ
— KAYABI
— KUIKURO
— MATIPU / NAHUKWA
— MEHINAKU
— SUIÁ / TAPAYUNA
— TRUMAI
— TXIKÃO
— TXUKAHAMÃI
— WAURÁ
— YAWALAPITI

KARIPUNA, de língua ainda não estudada, no total de 672 individuos, localizados no extremo norte do Território Federal do Amapá, sob controle da FUNAI;
PALIKUR, de lingua aruak, no total de 561 individuos, localizados no extremo norte do Território Federal do Amapá, sob controle da FUNAI;
PARUKOTÓ-XARUMA, com perto de 1.200 individuos e sub-grupo Hixkariana com 308 individuos, ambos de língua karib, localizados a Oeste do rio Trombetas e seus afluentes;
TIRIYÓ, com 329 individuos e KAXUIANA, com 134 individuos, ambos de língua karib, localizados a margem do rio Paru de Oeste, proximo a fronteira do Suriname, sob controle de Missão Religiosa;
WARIKIANA, de língua karib, no total de 300 individuos, localizados no curso médio do rio Trombetas;
WAYANA, também conhecidos com o nomde de URUKUYANA, de língua karib, no total de 150 individuos, localizados no alto curso do rio Paru de Leste.

B) SUB-ÁREA — SAVANA

Grupos:
INGARIKÓ, de língua ainda não estudada, no total de 459 individuos, a noroeste do Território de Roraima, próximo à fronteira de Guiana;
MAKUXI, de língua karib, no total de 15.287 individuos, localizados a noroeste do Território de Roraima, sob controle de Missão Religiosa;
MAYONGONG, de língua karib, no total de 200 individuos, localizados a margem esquerda do rio Uraricuera, próximo à fronteira da Venezuela;
TAULIPANG, de língua karib, no total de 220 individuos, localizados a noroeste do Território de Roraima, sob controle de Missão Religiosa;
ATROARI, de língua karib, no total de 350 individuos, localizados na região do rio Jauaperi, alfuente esquerdo do rio Negro. Parcialmente isolados;
WAPIXANA, de língua aruak, no total de 5.122 individuos, localizados a noroeste do Território íde Roraima, sob controle de Missão Religiosa;
YANOMAMI, também conhecidos com o nome de XIRIANÁ ou WAIKÁ, de língua xirianá, no total de 9.000 individuos, localizados nos tributários de margem esquerda do rio Negro e da margem direita do rio Branco, entre os rios Cauaboris a sudoeste e o Uraricuera a noroeste. Parcialmente isolados.

C) SUB-ÁREA — RIO NEGRO

Grupos:
BANIWA, de língua aruak, no total de 4.197 individuos, localizados no rio Içana, tributário da margem esquerda do alto rio Negro, sob controle de Missão Religiosa;

KOBEWA, também conhecidos com o nome de PAMIWA, de língua tukana, no total de 150 individuos, localizados nos rios Uaupés e Içana, próximo à fronteira de Colombia;
MAKU, de língua maku, no total de 2.631 individuos, localizados entre os rios Japurá e Negro, afluentes setentrionais do Solimões;
TARIANA, de língua aruak, no total de 1.596 individuos, localizados ao longo do rio Uaupés, afluente da margem direita do rio Negro, sob controle de Missão Religiosa;
TUKANO, também conhecidos com o nome de DAXSEÁ, de língua tukana, no total de 2.231 individuos, localizados na região do rio Uaupés, próximo á fronteira da Colombia;
TUKUNA, também conhecidos com o nome de TIKUNA, de língua ainda não estudada, com 18.000 individuos, localizados á margem do rio Solimões entre os rios Içá e a fronteira da Colombia, sob controle de Missão Religiosa;
WANÁNA, também conhecidos com o nome de KOTIRYA, de língua tukana, no total de 555 individuos, localizados às margens do rio Uaupés, tributário da margem direita do alto rio Negro, sob controle de Missão Religiosa;

ÁREA JURUÁ-PURUS

Grupos:
APURINÃ, também conhecido com o nome de POPENGARE, de língua aruak, no total de 3.000 individuos, localizados no curso médio do rio Purus, afluente meridional do rio Solimões;
DENI, de língua arawá, no total de 110 individuos, localizados às margens do rio Tapanã, afluente da margem esquerda do médio rio Purus;
JARAWARA, de língua arawá, no total de 120 individuos, localizados no curso médio do rio Purus, afluente meridional do rio Solimões;
KAMPA, de língua aruak, no total de 357 individuos, localizados às margens do rio Juruá, próximo á fronteira do Peru;
KANAMARI, de língua pano, no total de 647 individuos, localizados às margens do rio Embira, afluente da margem direita do alto rio Juruá;
KATUKINA, de língua katukina, no total de 306 individuos, localizados entre os rios Jundiatuba, Jutai e Juruá, afluentes meridionais do rio Solimões;
KAXARARI, de língua aruak, no total de 560 individuos, localizados às margens do rio Ituxi, afluente esquerdo do médio rio Purus;
KAXINAWÁ, de língua pano, no total de 1987 individuos, localizados entre os altos cursos dos rios Juruá e Purus, afluentes meridionais do rio Solimões;
KULINA, de língua arawá, no total de 2.437 individuos, localizados nos altos cursos dos rios Juruá e Purus, alfuentes meridionais do rio Solimões;
MANITERI, de língua aruak, no total de 530 individuos, localizados às margens do rio Purus, próximo à fronteira do Peru;
MARUBO, de língua pano, no total de 499 individuos, localizados às margens dos Curuca e Itui, afluentes da margem esquerda do rio Itacui, tributário meridional do rio Solimões;
MAYÁ, de língua pano, no total de 135 individuos, localizados no alto curso do rio Javari, proximo à fronteira do Peru. Parcialmente isolados;
PAUMARI, de língua arawá, no total de 280 individuos, localizados no curso médio do rio Purus, afluente meridional do rio Solimões;
POYANAWA, de língua pano, no total de 227 individuos, localizados na região do rio Juruá, próximo à fronteira do Peru;

YAMAMADI, de língua arawá, no total de 280 individuos, localizados à margem esquerda do médio rio Purus;
YAMINAWA, de língua pano, no total de 357 individuos, localizados entre os altos cursos dos rios Juruá e Purus, afluentes meridionais do rio Solimões;
YÛMA, de língua tupi-guarani, desconhecendo-se o total de população, localizados nos tributários da margem direita do médio rio Purus, ao norte da cidade de Porto Velho.

ÁREA DO GUAPORÉ

Grupos:
ARIKAPU, de língua ainda não estudada, no total de 41 individuos, localizados às margens do rio Branco, tributário do médio rio Guaporé;
DIGUT, também conhecidos com o nome de GAVIÃO, de língua mondé, no total de 220 individuos, localizados entre os rios Jiparaná e Roosevelt, na região limitrofe entre os Estados de Rondonia e Mato Grosso;
KARITIANA, de língua arikém, no total de 109 individuos, localizados à margem direita do alto rio Madeira, próximo a Porto Velho, sob controle da FUNAI;
NAMBIKWARA, de língua nambikwara, no total de 658 individuos, compreendendo os seguintes sub-grupos: MAMAINDÉ, localizados à Sudoeste de Vilhena, no Estado de Mato Grosso; KABIXI, localizados à margem direita do alto rio Guaporé. Parcialmente isolados; NAMBIKWARA, localizados na região dos formadores do rio Juruena, sob controle de Missão Religiosa, SABANÉ e TAWANDÉ, localizados à noroeste de Vilhena, no Estado de Rondonia;
PAKAÁNOVA, de língua txapakura, no total de 1.147 individuos, localizados no rio do mesmo nome, próximo a Guajará-Mirim, no centro de Estado de Rondonia;
PURUBORÁ, de língua ainda não estudada, no total de 100' individuos, localizados no curso médio dos rios Guaporé e Jiparaná, no centro do Estado de Rondonia;
SURUI, de língua mondé, no total de 340 individuos, localizados entre os rios Jiparaná e Roosevelt, na região limitrofe entre os Estados de Rondonia e Mato Grosso. Parcialmente isolados.
TUPARI, de língua tupari, no total de 56 individuos, localizados à margem esquerda do rio Branco, afluente do médio rio Guaporé;
URUPÁ, de língua txapakura, no total de 150 individuos, localizados no rio Urupá, afluente da margem esquerda do rio Jiparaná.

ÁREA TAPAJÓS-MADEIRA

Grupos:
APIAKÁ, de língua tupi-guarani, no total de 628 individuos, localizados entre os rios Juruena e Teles-Pires, formadores do rio Tapajós. Parcialmente isolados;
ARIPAKTSÁ, também conhecidos com o nome de CANOEIRO, de língua ainda não estudada, no total de 466 individuos, localizados à margem esquerda do médio rio Juruena, formador do rio Tapajós. Parcialmente isolados;
ARARA, de língua ramârama, no total de 92 individuos, localizados na região limitrofe entre os rios Jiparaná e Roosevelt, entre os Estados de Rondonia e Mato Grosso. Parcialmente isolados;
BAKAIRI, de língua karib, no total de 36 individuos, localizados à margem direita do rio Teles-Pires, a noroeste de Cuiabá. Sob controle da FUNAI;
CINTA-LARGA, de língua mondé, no total de 953 individuos, localizados entre os rios Roosevelt e Aripuanã, na região limitrofe entre os Estados de Rondonia e Mato Grosso;

DIAHOI, de língua mondé, no total de 13 individuos, localizados na região do rio Marmelos, tributário da margem direita do médio rio Madeira;
IRANTXE, de língua ainda não estudada, no total de 161 individuos, localizados na região do alto rio Juruena, prómixo a Utiariti. Sob controle da FUNAI;
ITOGAPUK, de língua ramarâma, no total de 95 individuos, localizados entre os rios Jiparaná e Roosevelt, na região limitrofe entre os Estados de Rondonia e Mato Grosso;
MAWÉ, de língua tupi-guarani, no total de 3.000 individuos, localizados à margem direita do baixo rio Madeira, a sudoeste de Parintins, sob controle de Missão Religiosa;
MORÉREBI, de língua tupi-guarani, no total de 109 individuos, localizados na região do rio Marmelos, afluente da margem direita do rio Madeira;
MUNDURUKU, de língua munduruku, no total de 1.460 individuos, localizados à margem direita do médio rio Tapajós, próximo a Jacaréacanga e no rio Cunumá, afluente da margem direita do médio rio Madeira. Sob controle de Missão Religiosa;
MURA-PIRAHÁ, de lingus mura, no total de 1.340 individuos, localizados a margem direita do médio rio Madeira;
NUMBIAI, também conhecidos com o nome de ORELHA-DE-PAU, de língua ainda não estudada, no total de 50 individuos, localizados entre os rios Marmelos e Aripuanã, afluentes da margem direita do rio Madeira;
PARÉSI, de língua aruak, no total de 631 individuos, localizados na região do alto rio Juruena, ao longo da estrada Cuibá-Porto Velho;
GRUPOS KAWAHIB, de língua tupi-guarani, compreendo os seguintes subgrupos: PARANAWAT, TUKUNAFED e WIRAFED, no total de 150 individuos, localizados à margem direita do rio Jiparaná, próximo à Pimenta Bueno; PARINTINTIN, no total de 188 individuos, localizados à margem direita do médio rio Madeira e TENHARIM, também conhecidos com o nome de BOCA-NEGRA, no total de 256 individuos, localizados no rio Marmelos, afluente da margem direita do médio rio Madeira.

ÁREA DO ALTO-XINGU

Grupos:
AGAVOTUKUENG, de língua ainda não estudada, localizados entre os rios Culiseu e Culuene, formadores do rio Xingu. Isolados.
AWETI, de língua tupi-guarani, no total de 36 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
JURUNA, de língua juruna, no total de 126 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
KALAPALO, de língua karib, no total de 71 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
KAMAYURÁ, de língua tupi-guarani, no total de 207 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
KAYABI, de língua tupi-guarani, no total de 620 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
KUIKURO, de língua karib, no total de 40 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
MANITSAWÁ, localizados na região do rio mesmo nome, tributário da margem esquerda do alto rio Xingu. Isolados;
MATIPU, no total de 40 individuos, juntamento com grupo conhecido com o nome de NAHUKWÁ ou NAFUKWÁ, no total de 34 individuos, ambos de língua karib, localizados no Parque Nacional do Xingu;

MEHINAKU, de língua aruak, no total de 95 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
MIAHÃ, de língua ainda não estudada, localizados no rio Manitsawá, tributário da margem esquerda do rio Xingu. Isolados;
SUYÁ, de língua jé, no total de 114 individuos, juntamente com os remanescentes de um grupo também de língua jé, também conhecido com o nome de TAPAYUNA ou BEIÇO-DE-PAU, no total de 31 individuos, localizados no Parque Nacional de Xingu;
TRUMAI, de língua ainda não estudada, no total de 34 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
TXIKÃO, de língua karib, no total de 250 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
TXUKAHAMÃI, também conhecidos com o nome de MENTUKTIRE, de língua jê, no total de 202 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
WAURÁ, de língua aruak, no total de 130 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu;
YAWALAPITI, de língua aruak, no total de 135 individuos, localizados no Parque Nacional do Xingu.

ÁREA TOCANTINS-XINGU

Grupos:
AMANAYÉ, de língua tupi-guarani, no total de 50 individuos, localizados nas cabeceiras dos rios Moju e Capim, a sudoeste de Belém, sob controle da FUNAI;
ANAMBÉ, de língua tupi-guarani, no total de 61 individuos, localizados na região do alto rio Cairari, afluente do rio Moju, a sudoeste de Belém;
APINAYÉ, de língua jê, no total de 508 individuos, localizados a margem esquerda do médio rio Tocantins, próximo a Tocantinópolis, sob controle da FUNAI;
ARARA, de língua karib, localizados a margem direita do baixo rio Xingu, a este de Altamira. Isolados;
ASURINI, de língua tupi-guarani, no total de 131 individuos, a margem esquerda no baixo rio Tocantins, próximo a Tucurui, sob controle da FUNAI;
BORÔRO, de língua borôro, no total de 752 individuos, localizados no rio São Lourenço, a sudoeste de Cuiabá, sob controle da FUNAI;
CANELA, de língua jê, no total de 992 individuos, localizados entre os rios Grajau e Mearim, no centro do Estado do Maranhão, sob controle da FUNAI;
CANOEIRO, também conhecidos com o nome de RIKBATSA, de língua ainda não estudada, no total de 466 individuos, localizados entre o braço direito do rio Araguaia e seu tributário, o rio Formoso, na altura da ilha do Bananal;
GAVIÃO, de língua jê, no total de 175 individuos, localizados a margem direita do baixo rio Tocantins, próximo a Marabá, sob controle da FUNAI;
GOROTIRE, de língua jê, no total de 1.030 individuos, localizados no rio Fresco, afluente da margem direita do médio Xingu, sob controle da FUNAI;
KREEN-AKARORE, de língua ainda não estudada, no total de 83 individuos, localizados a margem direita do rio Teles Pires, na região limitrofe entre os Estados de Mato Grosso e Pará. Provavelmente identificados com grupo isolado conhecido com o nome de IPEWI;
KARAJÁ, também conhecidos com os nome de YNÃ, de língua ainda não estudada, no total de 1.194 individuos, localizados no rio Araguaia, na ilha do Bananal, compreendendo também sub-grupo conhecido com o nome de JAVAHÉ, no total de 383 individuos, sob controle da FUNAI;

KARARAÓ, de língua jê, no total de 26 individuos, localizados a margem direita do médio rio Tapajós, na região do rio Jamaxim;
KOKRAIMORO, de língua jê, no total de 120 individuos, localizados no médio rio Xingu, próximo a São Felix, sob controle da FUNAI;
KRAHÔ, de língua jê, no total de 894 individuos, localizados à margem direita do médio rio Tocantins, ao sul de Carolina, sob controle da FUNAI;
KRIKATI, também conhecidos com o nome de TIMBIRA, de língu jê, no total de 325 individuos, localizados a margem direita do médio rio Tocantins, próximo a Imperatriz, sob controle da FUNAI;
KUBENKRANKEGN, de língua jê, no total de 361 individuos, localizados no médio rio Xingu e rio Fresco, seu afluente da margem direita, so controle da FUNAI;
KURUÁYA, de língua tupi-guarani, no total de 52 individuos, localizados entre os rios Jamaxim e a margem esquerda do mério rio Iriri;
MENKRANOTIRE, de língua jê, no total de 250 a 300 individuos, localizados na margem esquerda do médio rio Xingu, na reguão do rio Iriri. Parcialmente isolados;
MUDJETIRE, tambem conhecidos com o nome de SURUI, de língua tupi-guarani, no total de 101 individuos, localizados às margens do rio Itacaiunas, próximo a Marabá, sob controle da FUNAI;
PARAKANÃ, de língua tupi-guarani, no total de 297 individuos, localizados às margens do rio Pacajá, à margem esquerda do baixo rio Tocantins. Parcialmente isolados;
TAPIRAPÉ, de língua tupi-guarani, no total de 202 individuos, localizados no rio do mesmo nome, afluente da margem esquerda do médio rio Araguaia, sob controle de Missão Religiosa;
XAVANTE, de língua jê, no total de 4.413 individuos, localizados às margem do alto e baixo rio das Mortes, bem como à margem direita do rio Batovi e do alto rio Teles Pires, formadores do Xingu e Tapajós, sob controle da FUNAI;
XERENTE, de língua jê, no total de 850 individuos, localizados na margem direita do médio rio Tocantins, ao norte de Porto Nacional, sob controle da FUNAI;
XIKRIN, também conhecidos com o nome de DIORE, de língua jê, no total de 469 individuos, localizados nas cabeceiras dos rios Bacajá e Itacaiunas, tributários da margem direita do baixo Xingu e da margem esquerda do médio rio Tocantins, sob controle da FUNAI.

ÁREA PINDARÉ-GURUPI

Grupos:
GUAJÁ, de língua ainda não estudada, no total de 240 individuos, entre os rios Pindaré e Gurupi, no noroeste do Estado do Maranhão, sob controle da FUNAI;
GUAJAJARA, tambem conhecidos com o nome de TENETEHARA, de língua tupi-guarani, no total de 6.766 individuos, localizados entre os rios Pindaré e Mearim, no centro do Estado do Maranhão, sob controle da FUNAI;
URUBU, também conhecidos com o nome de KAAPOR, de língua tupi-guarani, no total de 494 individuos, localizados entre os rios Gurupi e Turiaçu, a noroeste do Estado do Maranhão, sob controle da FUNAI.

As frentes pioneiras de penetração nacional que atuaram e atuam sobre os grupos indígenas brasileiros, apresentam vários aspectos, conforme assuma a forma de economia extrativista, pastoril ou agricola. Ribeiro (1957 : 23) nos indica «que cada uma delas é movida por interesses diversos na exploração do ambiente, organizando-se segundo princípios estruturais próprios e impõe compulsões diferentes aos grupos tribais com que se defronta.»

O sentido econômico que impulsiona essas frentes de penetração e que condiciona por outro lado o processo de ocupação da terra, não obedece na Amazonia, ou conceito do «plantation» na caracterização feita por Lynn Smith, ou seja «a concentração da propriedade da terra, a especialização em empresa monocultora, o controle de um grande número de trabalhadores e a especialização por tarefas na distribuição interna da empresa. Leo Wabel ainda lhe dá a caracteristica a de realizar o beneficiamento dos produtos agricolas cultivados, mesmo de forma rudimentar, de maneira a valoriza-los para o mercado importador» (Diégues Jr., 1960).

Essa forma clássica do «plantation» como bem acentua o mesmo autor (Diégues Jr., 1960 :117) sofreu no Brasil naturais adaptações oriundas das condições culturais do país e ainda em face das próprias exigências do ambiente tanto físico como social. Na Amazônia, vamos encontrar uma dessas variantes, pois ao lado da coleta das chamadas «Drogas do Sertão», em meio as ordens expedidas para realizar a colheita das especiarias, veio também a de planta-las, «para que não tivessem que lamentar mais tarde a perda de mais uma conquista economica».

O colono ante o convite, ante a perspectiva de manter a posição financeira, lavrou a gleba com o gentio, mobilizado, escravizado por todos os misteres que se estavam realizando, e ao lado das especiarias, foram plantados o cacau, o café, o cana, o anil, o algodão e o tabaco.

No tocante à manufatura, no Pará elas foram se desenvolvendo com muito vagar. Produzira-se logo o açucar, a aguardente e o fumo. A aguardente, viciando o índio, foi proibida e em 1751, funcionavam quarenta e duas engenhocas, enquanto o anil, o breu e as madeiras, foram sendo beneficiadas por meios rudimentares. Fabricava-se também manteiga e farinha, esta em quantidades imensas, porque constituia a base da alimentação do índio, e com o decorrer do tempo, do próprio colono.

Para operações tão grandes, sentia-se a necessidade de ampliar o povoamento. Um reduzido número de casais açorianos chegaram ao Pará entre 1667 e 1676 e escravos africanos não poderiam chegar em número avultado, dada a pobreza dos habitantes da área amazônica. Mesmo assim, entrados pelo porto de Belém e redistribuidos na região amazônica, mais de 53.000 escravos africanos foram importados (Vergolino e Silva: 1968;1971).

Sobre essa base — o elemento indígena, o português colonizador e o escravo africano — formava-se uma sociedade mestiça que ao tempo do Conde de Vila Flor, estava distribuida no Pará em 37 municípios com 73.730 habitantes, localizados em Belém e pelas vilas da rede fluvial (Reis, 1942 : 48).

Poucos são os trabalhos de interpretação histórica e econômica dessa fase, porém destaca-se o de Alden (1974), durante o século XVIII e enquanto desaparecia o elemento indígena, diluido e amalgamado numa população mestiça, que ainda estava ocupada na coleta de produtos nativos, com a entrada da borracha no mercado internacional, novamente são dilatadas as frentes pioneiras de penetração para os seringais da região das Ilhas, dos rios Tocantins, Tapajós, Xingu e os mais distantes confins da Amazônia.

Os dados mais antigos sobre populações indigenas na Amazonia, aparecem apontadas por Guajará (1902 :132) quando nos informa que em 1720 havia no Pará e Amazonas 63 missões com 54.264 índios aldeados e toda essa gente estava reduzida a 32.751 pessoas no ano de 1823. Outros dados interessantes são apresentados por Kelly-Normand (1986 : 92—115) e referentes aos recenceamentos dos séculos XVIII e XIX.

O levantamento completo do quadro demográfico da população indígena da Amazonia, nos períodos da Colonia e do Império, ainda está por ser feita. Os dados são precários, imprecisos e dificilmente teremos um levantamento total, pois é de todo impossível fazerem-se estimativas sobre os grupos que não foram atingidos pelas frentes de penetracão nesses períodos. O trabalho de Porro (1986 :120—147) nos

dá através de uma bibliografia comentada, a «visão dos vencidos» no período colonial.

Sobre a economia da Amazonia no século passado, o melhor trabalho que se conhece é de Santos (1980), onde no mesmo é mostrada que essa sociedade, acrescida de mais um novo elemento, o nordestino, expande-se aos locais mais distantes de região. A agricultura perdera sua força e não havia mais braços para o amanho da terra.

A decadência da produção da borracha depois de 1912, marca uma época de decadência e registra-se o natural regresso à lavoura e à outros produtos da industria extrativista, e após a segunda guerra mundial, um novo surto desenvolvimentista desencadeia-se na região, e as últimas décadas, são caracterizadas segundo Oliveira (1983 : 263—310) por uma ocupação planejada, para a qual a autora estabelece três fases: a la. de 1939—1944, caracterizada pela Batalha da Borracha e pela criação de inumeros instrumentos institucionais na área tais como o Banco de Crédito da Borracha, o Serviço Especial de Saúde Pública, a Rubber Development Corporation, o Serviço Especial de Mobilizacão de Trabalhadores para a Amazonia, a Comissão Brasileira-Americana de Generos Alimentícios, a Colonia Nacional do Amazonas, o Instituto Agronômico do Norte, o Aeroporto de Ponta Pelada, a criação de três Territórios Federais, e quanto ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), este criou 6 Postos de Atração no Amazonas e 12 no Pará; 4 Postos de Assistência, Educação e Nacionalização no Amazonas; 1 no Acre e 1 no Amapá; 4 Postos de Fronteira no Amazonas e 1 do Amapá e 1 Posto de Criação no Amazonas. A 2a. fase de 1952—1954, caracterizada pela criação da superintendência do Plano de Valorização da Amazonia (SPVEA) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazonia (INPA) e a 3a. Fase, referente aos últimos 20 anos, é caracterizada pelo Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazonia (POLAMAZONIA) em quinze áreas, sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazonia (SUDAM) e do Centro Oeste (SUDECO), envolvendo setores de desenvolvimento urbano, de agricultura, de saúde, de mineração, de formação profissional, de educação, de industria e de serviços.

No período de 1975/81 foram aprovados 1.462 Projetos, dos quais 356 foram concluidos, 1.083 estavam naquela data em andamento e 23 paralizados.

Esses Projetos tiveram repercursões enormes junto aos grupos tribais da região, que vamos encontrar recalcados cada vez mais para o interior da região, díluidos em um processo de miscigenação compulsório e localizados em regiões de difícil acesso ou imprensados entre as frentes de penetração e os acidentes naturais da região.

O encontro dessas culturas — sociedades tribais e sociedade nacional — segundo Oliveira (1974) «estabelece quatro tipos de sistemas interétnicos, tomando-se e combinando-se dois pares de variáveis: a assimetria e a simetria das relações interétnicas.»

Quanto as relações inter-tribais, as mesmas são simétricas, quando as relações são igualitárias, onde não ha supremacia sistemática de um grupo sobre outro, como no caso da área do Alto Xingu. São assimétricas, quando existem grupos indígenas hierarquicamente justapostos, onde há supremacia de um grupo sobre outro, como é o caso da área do Rio Negro.

Quanto às relações interétnicas, as mesmas são simétricas, quando a ideologia é igualitária e o mesmo autor (Oliveira, 1974), julga parecer a mesma existir, apenas teóricamente; enquanto são assimétricas, as que envolvem relações da sociedade com grupos tribais gerando áreas de fricção, visto que «o sistema está em conjunção de interesses econômico contraditórios: o índio procurando obter bens manufaturados e o branco procurando se apossar do território e/ou da mão de obra indígena.»

A política protecionista da FUNAI é uma contradição diante dos pressupostos desenvolvimentistas, e como bem acentua Castro (1986 : 28) «dentro da geoestratégia integracionista de — dar a terra sem homens da Amazonia ao homem sem terra do Nordeste — se enquadra a transversal de João Pessoa a Boqueirão, a Transamazônica.

Cortada por longitudinais: Belem-Brasília e Cuiabá-Santarém, integra a Região Norte ao Centro-Oeste e esta ao Centro-Sul do país. Dentro dos objetivos intrinsecos visa a Transamazônica à conexão com o Pacífico via Peru, enquanto a longitudional Porto Velho-Cuiabá tomará o rumo de La Paz na Bolivia. Por sua vez, a Perimetral-Norte, também em plena selva, terá como meta estabelecer nova ligação com o Atlantico, bem como dar acesso à região fronteiriça Guianense, Venezuela e Colombia; estando ai o caminho aberto para o Mar do Caribe, aproximando-nos dos países da America Central.»

Assim, «na Geostratégica da Amazonia, o grande desafio geopolitico, reside no congregar, na comunhão mais perfeita possível, o determinismo marcante da natureza com o possibilismo cientificamente dosado da técnica» (Castro, 1986 : 28).

É dentro dessa tônica que um novo Programa está em andamento na região amazônica, que é o Projeto Calha Norte, que visa: aumentar a presença militar na área, com a construção de aeroportos e unidades militares; demarcar definitivamente as fronteiras; redefinir a política indígenista para essa região; construir estradas e hidroelétricas e implantar projetos econômicos e polos de colonização.

A grande verdade é que nunca se planejou o desenvolvimento da Amazonia em função de seus habitantes e nem mesmo em função do futuro ecológico eeconômico do próprio Brasil. A Amazonia tem sido sempre pensada em termos imediatistas, como um recurso disponível ao apetite de empresas nacionais e transacionais, e no fundo, como reflexo da própria estrutura do país — «onde o Brasil apresenta variações dentro do autêntico e do espúrio, e onde a defasagem cultural é principalmente uma assincronia decorrente do próprio processo de atualização histórica em que a sociedade nacional se constituiu, integrando-se na economia mundial como uma colônia escravista e, mais tarde, reintegrando-se nela como uma formação neocolonialista» (Ribeiro, 1972 :113).

Nos dias de hoje, os antigos donos da terra enfrentam seu triste destino — o fim do caminho.

Com um processo de devastação ecológica brutal que os cerca; com suas terras sem proteção alguma contra o avanço de posseiros e dos grupos econômicos poderosos; sem possibilidade alguma de reconstituir sua cultura; dependendo da economia que o circunda, mas que não o deixa dela participar, os grupos tribais amazônicos, como o restante dos grupos tribais brasileiros, percorrem hoje sua última estrada, onde a morte é o único caminho de retorno.

NOTAS

1. Comunicação apresentada no 1.º Simpósio Ibero Americano de Estudos Indigenistas, integrante das comemorações do V Centenário do Descobrimento da América, realizado em Sevilha no periodo de 1 a 5 de dezembro de 1987.
2. Mapa do desenhista técnico Guilherme Paulo Leite (Museu Paraense Emilio Goeldi. CNPq/MCT)

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alden, Dauril
1974 O significado da produção de cacau na Região Amazônica. NAEA/FIPAM. Universidade Federal do Pará. Belém

Arnaud, Expedito
1984 Os Índios da Amazônia e a Legislação Pombalina, IN Boletim de Pesquisa. Vol. 3. N. 4. CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus

Beozzo, José Oscar
1983 Leis e Regimentos das Missões. Política Indígenista no Brasil. Edições Loiola. São Paulo
Carvajal, Gaspar de
1941 Relação, IN Descobrimentos do Rio das Amazonas. Brasiliana. Vol. 203. Companhia Editora Nacional. São Paulo
Castro, Therezinha de
1986 Retrato do Brasil. Atlas-Texto de Geopolitica. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro
Cimi, Imi, Cedi, Ibase, Ghk
1986 Áreas Indígenas e Grandes Projetos. Brasil. Mapa. Institüt für Augewandte Geodäsie Berlim. Berlim.
Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
1985 Povos Indígenas do Brasil e Presença Missionária. Mapa. Conselho Indigenista Missionário. São Paulo
Diégues Jr., Manuel
1960 A Propriedade e Uso da Terra no «Plantation» Brasileiro, IN Sistemas de Plantaciones en el Nuevo Mundo. Estudios Monográficos VII. Union Panamericana. Washington
Doria, Carlos Alberto & Ricardo, Carlos Alberto
1972 Populations indigénes du Brésil: Perspective de Survie dans la region dite «Amazonie Legale», IN Buletin Nº 36. Societé Suisse des Americanistes. Genéve
Figueiredo, Napoleão
1966 A Comunidade Rural, o Barracão e a Maloca, IN Arquivos do Instituto de Antropologia. Vol. 2. Ns. 1/2. Universidade do Rio Grande do Norte. Natal
1977 Amazonia: Tempo & Gente. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Prefeitura Municipal de Belém. Belém
Galvão, Eduardo
1960 Áreas Culturais Indígenas do Brasil (1900—1959). Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Nova Série. Antropologia N. 8. Belém.
1967 Estudos de Antropologia na Amazonia, IN Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica. Vol. 2. Antropologia. Conselho Nacional de Pesquisas. Rio de Janeiro
Guajará, Barão de
1902 Catechese dos Índios do Pará, IN Anaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Tomo II. Imprensa Oficial. Belém
Kelly-Normand, Arlene M.
1986 Fontes Primárias para a História dos Índios Destribalizados na Região Amazônica, IN Boletim de Pesquisa. Vol. 5. Nº 8. CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus
Maués, Raimundo Heraldo
1968 Congregações Religiosas na Amazonia, In Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazonia. Gremio Literario Português. Belém
Oliveira, Adélia Engrácia de
1983 Ocupação Humana, IN Amazonia. Desenvolvimento, Integração e Ecologia. Editora Brasiliense S/A. São Paulo
Porro, Antonio
1986 As tribos Indígenas do rio Amazonas: Bibliografia comentada do Período Colonial, IN Boletim de Pesquisa. Vol. 5. N. 8. CEDEAM. Universidade do Amazonas. Manaus
Reis, Arthur Cezar Ferreira
1942 Sintese da História do Pará. Oficina Gráfica da Revista de Veterinária. Belém
Ribeiro, Darcy
1957 Culturas e Línguas Indígenas do Brasil, IN Educação e Ciências Sociais. Vol. 2. N. 6. CBPE. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro
1972 Teoria do Brasil. Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro
Santos, Roberto
1980 História Econômica da Amazônia (1800—1920). T. A. Queiroz Editor Ltda. São Paulo
Vergolino E Silva, Anaíza
1968 Alguns elementos novos para o estudo do Negro na Amazônia. Publicações Avulsas N. 8. Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém
1971 O Negro no Pará: A Notícia Histórica, IN Angologia da Cultura Amazônica. Vol. VI. Antropologia e Folclore. Amazonia Edições Culturais Ltda. Belém.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org